



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE BENTO GONÇALVES EM 05.04.2016

Aos 05 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves a Excelentíssima Senhora, **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO** Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnica-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000488-60.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular, Graciela Maffei, pela Juíza Substituta lotada, Laura Balbuena Valente Gabriel, pelo Diretor de Secretaria Substituto, Everson Luís Marangon e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 26.04.1971

Data da última correição realizada: 09.06.2015

Data de Implantação do PJe: 05.09.2014

Jurisdição: Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Garibaldi, Guabiju, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Valentim do Sul, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 05.04.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Graciela Maffei	Juíza Titular	Desde 28.03.2016
Laura Balbuena Valente Gabriel	Juíza Substituta lotada	Desde 08.09.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016 e atualizadas em 07.04.2016)



2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, à qual encontra-se vinculado o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata pertence à 55ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 2ª Vara do Trabalho, a Coordenadoria de Controle e a Central de Mandados do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves. Essa circunscrição é dotada de lotação de 03 Juízes do Trabalho Substitutos.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Lina Gorczewski	30.06.2014 a 27.03.2016	Juíza Titular	1 ano, 8 meses e 28 dias
2	Milena Ody	05.11.2014 a 16.08.2015	Juíza Substituta lotada	9 meses e 12 dias
3	Laura Balbuena Valente Gabriel	Juíza Substituta lotada desde 08.09.2015		-
4	Graciela Maffei	Juíza Titular desde 28.03.2016		-

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016 e atualizadas em 07.04.2016)

2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e das Juízas Substitutas Lotadas durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Lina Gorczewski	Férias	02 a 18.02.2015 23 a 29.03.2015 14 a 28.09.2015 13 a 26.10.2015 03 a 22.02.2016	73 dias
	Graciela Maffei	-	-	-
Substituta lotada	Milena Ody	Férias	19.02 a 18.03.2015	28 dias
	Laura Balbuena Valente Gabriel	Férias	02 a 31.03.2016	45 dias
		LTS	09 a 23.11.2015	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016 e atualizadas em 07.04.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores lotados

Considerando o que consta do Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata



de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista, foram distribuídos proporcionalmente entre as respectivas Varas. Assim, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas colocados à sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, onde constam também os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata.

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Fábio Placotiniki (Em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	09.09.2014
2	Lucas Freitas dos Santos	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	11.07.2014
-	Cristina Weizenmann	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	07.10.2015
-	Márcio Lemos de Melo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	08.09.2015
3	Everson Luís Marangon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.11.1994
4	Clara Regina Flores de Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	21.02.2007
5	Rosana Kruger Lavandoski	Analista Judiciário - Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	04.04.1983



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Enelisa de Campos Gobetti Sausen	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	26.04.2010
7	Juliana Fontoura Gomides	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	25.06.2008
8	Nádia Pozza do Nascimento	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	29.11.2005
9	Sérgio Tormen	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	04.11.1991
10	Joel Antônio Arioli	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.11.1999
11	Fernando José Zonatto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.06.2012
12	Viviane Baumgart	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.08.2015

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Alexandre Lange	Técnico Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	25.06.2012
2	Ana Paula Greff Athayde	Técnico Judiciário - Área Judiciária	-	07.01.2015
3	Lucas Marcel Fernandes Goulart	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	16.12.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
2.249 processos	mais de 2.000	15 servidores	15 a 16 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 8 3/2011, também do CSJT, e, visando ao cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os



seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves está **de acordo** os parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alexandre Lange	-	-	-
Ana Paula Greff Athayde* (desde 07.01.2015)	Curso ou Evento (CURS)	8	8
Clara Regina Flores de Azevedo	Curso ou Evento (CURS)	5	25
	Dispensa Médica (DM)	8	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	5	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	4	
Cristina Weizenmann* (desde 07.10.2015)	-	-	-
Enelisa de Campos Gobetti Sausen	Curso ou Evento (CURS)	8	14
	Dispensa Médica (DM)	2	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	4	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Everson Luís Marangon	Curso ou Evento (CURS)	8	41
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	31	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	2	
Fábio Placotiniki	Curso ou Evento (CURS)	1	2
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Fernando José Zonatto	Curso ou Evento (CURS)	5	16
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	
Joel Antônio Arioli	Curso ou Evento (CURS)	7	7
Juliana Fontoura Gomides	Curso ou Evento (CURS)	7	11
	Dispensa Médica (DM)	2	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Lucas Freitas dos Santos	Curso ou Evento (CURS)	6	6
Lucas Marcel Fernandes Goulart* (desde 16.12.2015)	-	-	-
Márcio Lemos de Melo* (desde 08.09.2015)	-	-	-
Nádia Pozza do Nascimento	Curso ou Evento (CURS)	5	7
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Rosana Kruger Lavandoski	Curso ou Evento (CURS)	5	43
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	30	
Sergio Tormen	Curso ou Evento (CURS)	5	5
Viviane Baumgart* (desde 24.08.2015)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo para o das 14h às 18h, conforme a Portaria nº 02/2015, expedida pela Juíza Titular. Ao todo, foram mais de 3 meses de adesão à greve pelos servidores.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Leandro de Paris*	11.07.2013	08.06.2015	1 ano, 10 meses e 28 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
2	Natali da Encarnação Ferrão	24.06.2013	02.08.2015	2 anos, 1 mês e 9 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Gramado – Assistente (FC02)
3	Michele Darlise Kappel*	10.03.2014	16.08.2015	1 ano, 5 meses e 7 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

* O(A) servidor(a) já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Ananda Lucchese	Superior em Direito	26.01.2015 a 25.07.2016
2	Bárbara Zen		

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e das Juízas Substitutas Lotadas durante o Período Correcionado

Juíza		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titulares	Lina Gorczewski	-	-	5,5	5,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Graciela Maffei	-	-	65,5	65,5
Substitutas lotadas	Laura Balbuena Valente Gabriel	-	-	1,5	1,5
	Milena Ody	-	-	65	65

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 e atualizada em 07.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Alexandre Lange	-	-	5	5
Ana Paula Greff Athayde	-	-	122	122
Clara Regina Flores de Azevedo	-	-	109	109
Cristina Weizenmann	-	-	62,5	62,5
Enelisa de Campos Gobetti Sausen	-	-	107	107
Everson Luís Marangon	-	-	16	16
Fábio Placotiniki*	-	-	40,5	40,5
Fernando José Zonatto	-	-	66	66
Joel Antônio Arioli	-	-	62	62
Juliana Fontoura Gomides	-	-	62	62
Lucas Freitas dos Santos	-	-	50	50
Lucas Marcel Fernandes Goulart	-	-	137	137
Márcio Lemos de Melo	-	-	17,5	17,5
Nádia Pozza do Nascimento	-	-	48	48
Rosana Kruger Lavandoski	-	-	63	63
Sérgio Tormen	-	-	48	48
Viviane Baumgart	-	-	5,5	5,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as



Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais de 2.000 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como aqueles que tramitam no Posto Avançado de Nova Prata, mas que estão vinculados à 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com mais de 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Bento Gonçalves – 1ª Vara	2.208	2.212	2.327	2.249,00
Bento Gonçalves – 2ª Vara	2.211	2.224	2.318	2.251,00
Estância Velha – 1ª Vara	1.803	2.501	2.683	2.329,00
Osório – 1ª Vara	2.723	2.746	2.759	2.742,67
Porto Alegre – 30ª Vara	2.181	2.256	2.826	2.421,00
Total	11.126	11.939	12.913	2.392,92

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.910	3.175	9,11%	3.313	4,35%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	498	715	43,57%	714	-0,14%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.470	1.666	13,33%	1.686	1,20%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	66	71	7,58%	74	4,23%
Total	4.944	5.627	13,81%	5.787	2,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

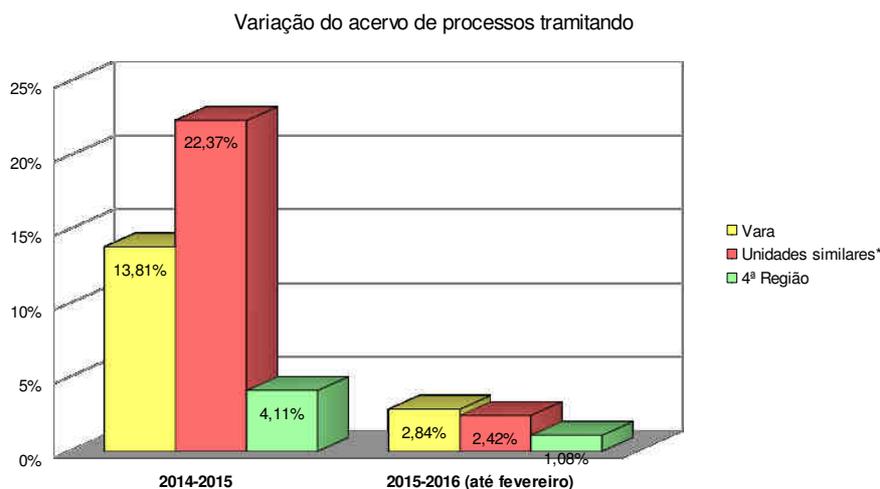
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares pensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.



*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015 houve majoração de 13,81% processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 265 processos). Percentualmente, no entanto, a liquidação registrou o maior avanço (43,57%). Destaca-se, por relevante, que todas as fases processuais registraram aumento no estoque no ano de 2015.

A variação do acervo de processos na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves em 2015 foi inferior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 22,37%, mas bastante superior à média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a fevereiro de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 2,34%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual acima de 2.000 processos por ano, bem como da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 29.02)	Varição 2015-2016
Casos novos	2.330	2.327	-0,13%	459	-80,28%
Sentenças anuladas/reformadas	22	23	4,55%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.675	1.631	-2,63%	205	-87,43%



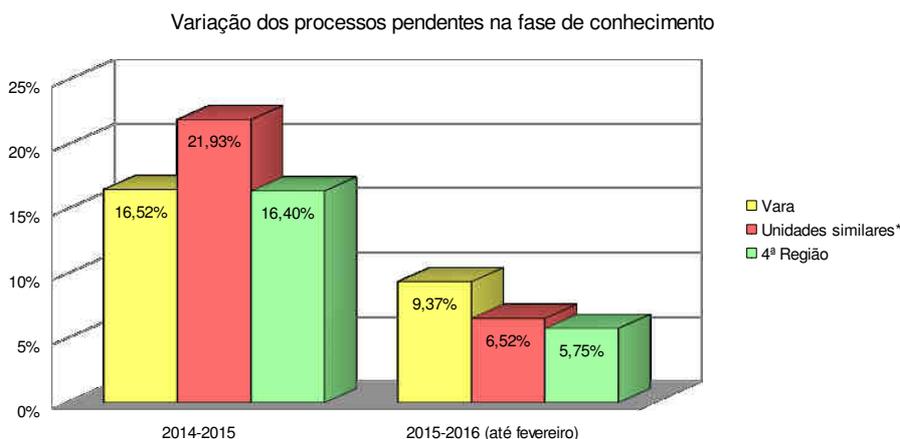
Processos pendentes de solução	1.768	2.060	16,52%	2.253	9,37%
---------------------------------------	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 16,52% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.768 para 2.060 processos). Tal aumento foi inferior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 21,93% em seu acervo médio), e similar à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no ano 2015 em 42,67% (diferença superior à do ano anterior, que foi de 39,10%).

Outrossim, os dados dos dois primeiros meses de 2016 apontam aumento de 9,37% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (6,52%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (5,75%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (57,08%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 29.02.2016, houve aumento de 4 para 138 no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	430	532	23,72%	710	33,46%



Aguardando encerramento da instrução	1.289	1.280	-0,70%	1.286	0,47%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	45	135	200,00%	119	-11,85%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	4	113	2725,00%	138	22,12%
TOTAL	1.768	2.060	16,52%	2.253	9,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	71,89%	70,09%	-2,50%	44,66%	-36,28%
Unidades similares*	74,13%	74,99%	1,17%	68,46%	-8,71%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 70,09% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 2,50% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,90 e 19,02 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	41,73%	39,83%	-4,55%	8,14%	-79,57%
Unidades similares*	46,29%	46,13%	-0,35%	12,95%	-71,92%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi de 39,83% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,55% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 6,30 pontos percentuais, e menor que média de toda a 4ª Região em 15,37 pontos percentuais.



3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 29.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	1.046	62,45	958	58,74	84	40,98
	Julgado procedente	7	0,42	23	1,41	9	4,39
	Julgado procedente em parte	396	23,64	393	24,1	82	40
	Julgado improcedente	64	3,82	67	4,11	11	5,37
	Extinto	3	0,18	1	0,06	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.516	90,51	1.442	88,41	186	47,57
Sem exame de mérito	Extinto	16	0,96	24	1,47	2	0,98
	Arquivamento (art. 844 CLT)	108	6,45	130	7,97	15	7,32
	Desistência	25	1,49	28	1,72	1	0,49
	Outras decisões	10	0,6	7	0,43	1	0,49
	SUBTOTAL	159	9,49	189	11,59	19	4,86
TOTAL	1.675	100	1.631	100	205	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Verificou-se diminuição de 44 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 2,63%. Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 1,99% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014), bem como em relação à média de todo o regional (que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior).

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 470 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 484 decisões, representando um aumento de 2,98%. Ainda assim, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior tanto ao das demais unidades com tramitação processual similar, que registraram um aumento de 10,38% no número de decisões com resolução de mérito, quanto ao resultado de toda a 1ª instância do TRT4, que registrou aumento de 7,56%.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 1.046, representando 62,45% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 958, correspondendo a 58,74% das soluções na fase de conhecimento. Apesar da redução do percentual de conciliações, o índice



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	66,89%	61,58%	-7,95%	55,91%	-9,19%
Unidades similares*	87,96%	63,40%	-27,92%	82,13%	29,55%
TRT4 - 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	79,14%	-10,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 61,58% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 7,95% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 1,82 e 26,82 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	35,05%	33,05%	-5,71%	6,53%	-80,23%
Unidades similares*	51,68%	35,39%	-31,51%	10,97%	-69,00%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	14,52%	-73,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves em 2015 foi de 33,05% do número total de liquidações a encerrar – resultado 5,71% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 2,34 e 21,25 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	406	534	31,53%	61	-88,58%
	Desarquivadas para prosseguimento	400	198	-50,50%	9	-95,45%

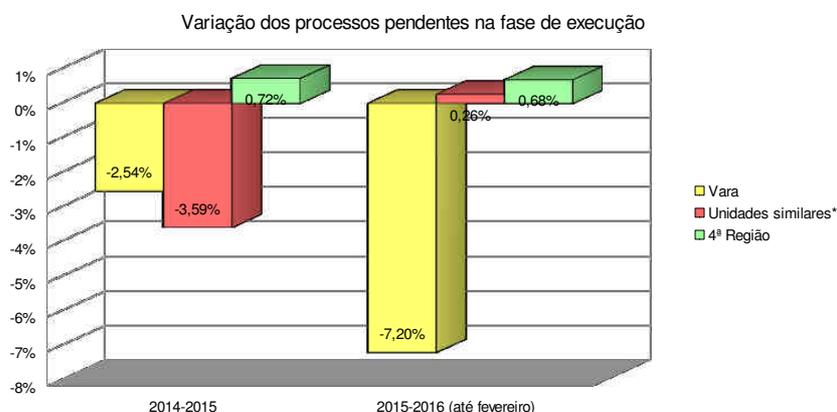


Saídas	Encerradas	382	622	62,83%	142	-77,17%
	Arquivadas Provisoriamente	102	17	-83,33%	34	100,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	16	23	43,75%	24	4,35%
	Demais	1.166	1.129	-3,17%	1.045	-7,44%
	Total	1.182	1.152	-2,54%	1.069	-7,20%
Saldo no arquivo Provisório		537	489	-8,94%	511	4,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves caiu de 1.182 para 1.152 processos, o que corresponde a um recuo de 2,54% em relação ao ano anterior. Essa redução de estoque foi um pouco menor do que a média das demais Unidades da mesma faixa de movimentação processual (que registrou recuo de 3,59%), mas destoou positivamente do aumento verificado na média geral das Unidades de 1ª instância da 4ª Região (0,72%).

O principal fator a contribuir para essa redução foi o excepcional aumento de 62,83% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, de forma que estas superaram às iniciadas em 16,48% em 2015. Portanto, houve reversão da situação verificada em 2014, quando o número de execuções iniciadas foi 6,28% superior ao de encerradas.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

	Execuções encerradas em relação às iniciadas				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	94,09%	116,48%	23,80%	232,79%	99,85%
Unidades similares*	90,59%	107,15%	18,27%	102,76%	-4,09%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]



Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 116,48% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 23,80% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 9,33 e 36,45 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Bento Gonçalves – 1ª Vara	14,39%	27,61%	91,81%	8,34%	-69,78%
Unidades similares*	14,31%	17,48%	22,12%	3,48%	-80,07%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	2,33%	-84,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves em 2015 foi de 27,61% do número total de execuções a encerrar – resultado 91,81% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,13 e 12,22 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	101	91	-9,90%	16	-82,42%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	89	116	30,34%	52	-55,17%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.177	1.137	-3,40%	1.306	14,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à



alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 29.02.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0038100-66.2007.5.04.0511
Situação processual: Em 15.07.2015, foi proferida decisão que declarou extinta a execução em face do pagamento do débito, e que determinou o registro da quitação do débito das reclamadas junto ao BNDT. Em 27.08.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 16.09.2011, a reclamada <i>Cooperativa Mista dos Trabalhadores Autônomos do Alto Uruguai Ltda.</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do débito”.	
2	Processo nº 0150700-30.2007.5.04.0511
Situação processual: Em 15.06.2015, foi proferido despacho concedendo remissão total às reclamadas dos débitos de custas e das contribuições previdenciárias. Determinou a intimação das partes e do INSS e, no silêncio, o arquivamento definitivo do processo. Em 18.09.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 28.09.2015, os autos foram arquivados definitivamente sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 15.09.2011, as reclamadas <i>Calábria Pizzaria Ltda., Jair Antônio Nicolao e Tiago Nicolao</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 29.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	123	165	30	180	147	62	32	39	52
Antecipações de tutela	122	115	11	142	74	51	31	23	48
Impugnações à sentença de liquidação	11	7	17	16	30	22	5	4	20
Embargos à execução	61	44	61	188	142	109	35	16	129



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos à arrematação	0	0	0	3	3	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Exceções de pré-executividade	8	11	9	13	8	14	0	1	13
TOTAL	325	342	128	543	404	259	103	83	263

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 543 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 67,08% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 18,13% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 342 para 404; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 128 para 259. Destaca-se, por fim, que em 29.02.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 263 processos, saldo 1,54% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que corresponde à maior parte (49,05%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0157400-22.2007.5.04.0511
Situação processual: em 02.09.2011, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 04.10.2011, foi proferido despacho que deixou de receber o incidente, por intempestivo. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e de registro da decisão dos embargos, motivo pelo qual o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	
2	Processo nº 0001191-83.2011.5.04.0511
Situação processual: Em 05.10.2015, a reclamada opôs embargos de declaração contra a decisão que homologou o cálculo de liquidação de sentença. O próximo movimento processual registrado foi realizado em 22.10.2015, onde o juiz profere despacho que reconhece a existência de erro material em relação a indevida inclusão da multa de 40% do FGTS no cálculo. Não há qualquer referência aos embargos de declaração até a presente data nos autos, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0000139-18.2012.5.04.0511
Situação processual similar à da reclamatória nº 0001191-83.2011.5.04.0511.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de



decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

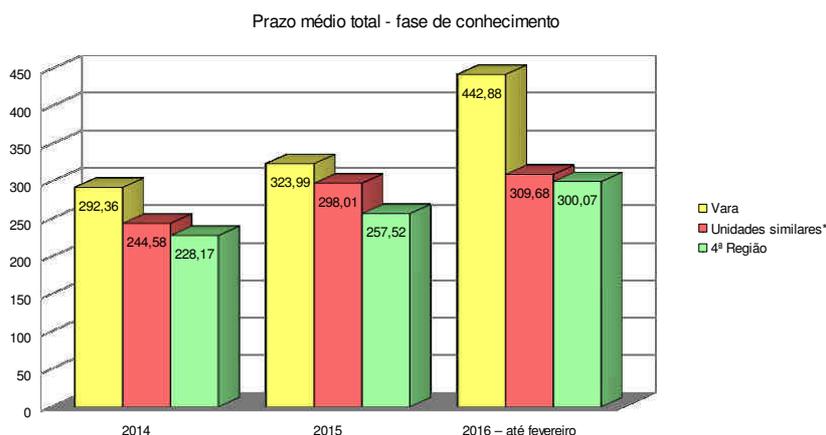
4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	146,73	103,72	-29,31%	139,69	34,68%
	Média Ordinário	300,42	338,55	12,70%	469,24	38,60%
	Média Geral	292,36	323,99	10,82%	442,88	36,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves apresentou uma elevação de 10,82%, passando de 292,36 para 323,99 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 29,31% em relação à média do ano anterior, passando de 146,73 para 103,72 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 338,55 dias em 2015, 12,70% mais moroso na comparação com 2014.

Ademais, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 8,72% mais moroso (25,98 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 25,81% mais moroso (66,47 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Especificações no quadro abaixo:





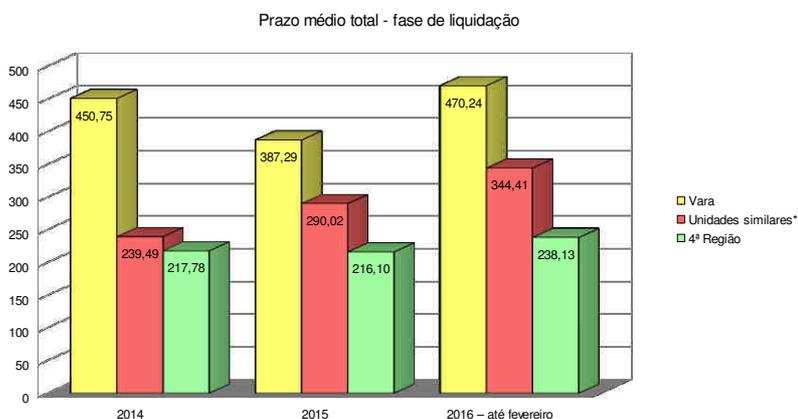
4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	283,18	226,00	-20,19%	305,00	34,96%
	Média Ordinário	469,62	394,81	-15,93%	480,79	21,78%
	Média Geral	450,75	387,29	-14,08%	470,24	21,42%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 226 dias, o que equivale a uma redução de 20,19% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 394,81 dias, 15,93% mais célere na comparação com 2014.

Apesar da queda registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 33,54% mais moroso (97,27 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 79,22% mais lento (171,19 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	660,38	594,64	-9,96%	897,06	50,86%
	Média Ente público	1.391,00	1.346,70	-3,18%	718,17	-46,67%

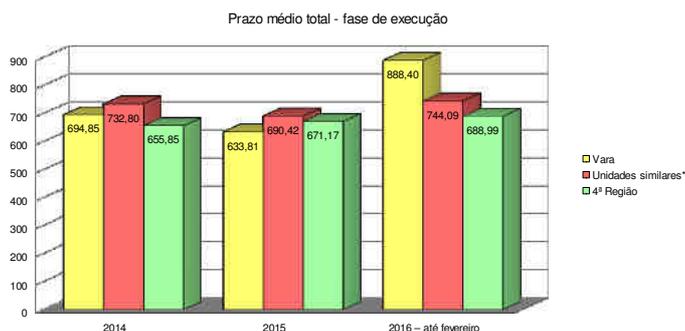


	Média Geral	694,85	633,81	-8,78%	888,40	40,17%
--	--------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 660,38 dias, em 2014, para 594,64 dias, em 2015. Ademais, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.391 dias, em 2014, para 1.346,70 dias, em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves foi 8,20% mais célere (56,61 dias), e prazo 5,57% mais curto (37,36 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinalase que a Unidade em 2015 apresentou desempenho acima daquele verificado em 2014, quando as médias processuais na Unidade foram mais céleres que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar, mas superior à média geral de todo o TRT4.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
2.327	1.631	70,09%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado



1.432	1.269	88,62%	Meta não cumprida
-------	-------	--------	--------------------------

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
408	621	152,21%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
11	11	100%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor que deveria ter sido alcançado em 31.12.2015	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	12	17	11	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	18	14	17	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	1	0	Meta não cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	31	17	30	Meta cumprida
5º	União	7	14	6	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	1	3	0	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	9	4	8	Meta cumprida



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	21	21	20	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	21	13	20	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

- a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	292,36	323,99	289,44	Meta não cumprida

- b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	970	1.046	1.008	958	1.019	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

- 5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 29.02.2016	Solucionados até 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
459	205	44,66%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta

- 5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.



META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
1.480	1.044	70,54%	Meta ainda não cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 29.02)	Meta para 2016	Resultado parcial (até fevereiro)
Total de acordos	970	1046	1008	84	1029	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta
Média mensal de acordos	80,83	87,17	84	42,00	85,75	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 29.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
61	83	136,07%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 01.01.2014 e 29.02.2016	Grau de cumprimento	Resultado
3	3	100,00%	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	10(I) 3(P)*	10(I) 3(P)	**
Tarde	-	-	7(I) 4(P)	7(I) 4(P)	***

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.04.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

*Quando necessário é incluída CPI.

**J2 abriu duas pautas com 13 processos para iniciais em 6ª feira como forma de segurar a pauta.

***J2 fará pauta especial nas sextas-feiras para incluir processos de prosseguimento mais complexos.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	31.05.2016	17.03.2016	31.05.2016	17.06.2016
Una Sumaríssimo	10.05.2016	23.06.2016	16.05.2016	03.08.2016
Instrução	11.04.2017 *	19.04.2017	27.03.2017	19.04.2017
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.04.2016)

* J1 criou pautas extras em 18.05.2015 para audiências iniciais e prosseguimento. Pretende, ainda, fazer pautas extras no mínimo uma vez por mês com 4 iniciais e 4 prosseguimentos.

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 29.02)	Varição 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	86,23	59,37	-31,15%	102	71,82%
	Média Ordinário	82,04	64,04	-21,94%	99,07	54,69%
	Média Geral	82,22	63,8	-22,40%	99,31	55,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 86,23 dias, em 2014, para 59,37 dias, em 2015 (queda de 31,15%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 82,04 dias, em 2014, para 64,04 dias, em 2015 (queda de 21,94%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a fevereiro, apontam elevação de 71,82% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e 54,69 % nas do rito ordinário.



É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	127,99	34,31	-73,19%	25,54	-25,57%
	Média Ordinário	321,24	207,84	-35,30%	282,54	35,94%
	Média Geral	310,57	195,84	-36,94%	261,13	33,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 127,99 dias, em 2014, para 34,31 dias, em 2015 (-73,19%). Ademais, o rito ordinário registrou redução da média de 321,24 dias em 2014, para 207,84 dias, em 2015 (-35,30%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	119	82	15	0	216
Kelen Patrícia Bagetti	37	24	4	1	66
Laura Balbuena Valente Gabriel	250	189	7	2	448
Lina Gorczewski	712	479	34	6	1.231
Milena Ody	577	287	10	5	879
Total	1.695	1.061	70	14	2.840
Juiz (a)	2016 (até 31.03)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	84	56	9	0	149
Graciela Maffei	27	14	4	0	45
Laura Balbuena Valente Gabriel	144	102	5	1	252
Lina Gorczewski	97	58	6	0	161
Roberta Testani	20	14	3	0	37
Total	372	244	27	1	644



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto nos artigos 17, 18 e 19, II, da Consolidação dos Provedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bruno Marcos Guarnieri	0	15	0	15	0	15
Carolina Cauduro Dias de Paiva	60	53	0	113	15	128
Daniela Floss	0	2	0	2	0	2
Jaqueline Maria Menta	0	8	0	8	0	8
Kelen Patrícia Bagetti	12	0	0	12	1	13
Laura Balbuena Valente Gabriel	127	7	0	134	38	172
Lina Gorczewski	509	241	0	750	82	832
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	1	1
Mateus Crocoli Lionzo	0	2	0	2	0	2
Milena Ody	250	157	1	408	52	460
Total	958	485	1	1.444	189	1.633
2016 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Cauduro Dias De Paiva	26	39	0	65	8	73
Graciela Maffei	14	0	0	14	4	18
Jaqueline Maria Menta	-	1	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	-	1	0	1	-	1
Laura Balbuena Valente Gabriel	51	22	0	73	13	86
Lina Gorczewski	68	68	1	137	19	156
Milena Ody	-	24	0	24	-	24
Roberta Testani	8	3	0	11	5	16
Sérgio Giacomini	-	1	0	1	-	1
Total	167	159	1	327	49	376

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção à Recomendação CGJT nº 01/2013.

A atual Juíza Titular, **Graciela Maffei**, não possui processos conclusos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias.

A Juíza Substituta lotada, **Laura Balbuena Valente Gabriel**, possui **107** processos pendentes há mais de 50 dias, sendo a conclusão mais antiga datada de 19.08.2015.

A Juíza Substituta lotada anteriormente, **Milena Ody**, possui **17** processos pendentes há mais de 50 dias, sendo a conclusão mais antiga datada de 07.05.2015.

Em relação ao Juiz Substituto lotado anteriormente, **Bruno Marcos Guarnieri**, consta registro de **01** Antecipação de Tutela Pendente com o Juiz pendente há mais de 50 dias, concluído em 04.06.2014. Todavia, trata-se de equívoco de lançamento, que deve ser corrigido pela Unidade Judiciária.

Não foram apontados processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias em relação à Juíza Titular anteriormente lotada na Unidade Judiciária.

No total, há **124** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias, na Unidade.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.03.2016 para processos que tramitam no Sistema PJe e no Sistema inFOR. Mais de 50 dias: 09.02.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

O trabalho da secretaria é realizado por carteira, tanto nos processos físicos como nos processos eletrônicos, sendo que 6 servidores trabalham somente na fase de conhecimento e outros 4 servidores na fase de execução.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Despachos urgentes são cumpridos imediatamente e os demais são cumpridos em até 10 dias da determinação. As notificações para a PRF são realizadas uma vez por semana, sendo que os procuradores retiram os autos para apreciação.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estavam sendo expedidos mandados assinados nos 10 dias anteriores.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos diariamente.



7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estavam sendo apreciadas as petições protocoladas no dia 04.03.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Por ocasião da correição estava sendo certificado o prazo até o dia 05.03.2016.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é realizado periodicamente, entre 15 e 30 dias, dependendo da necessidade.

7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é realizada logo após o BacenJud negativo. A retirada do BNDT é feita após a determinação de expedição dos alvarás.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001800-57.1997.5.04.0511	26.11.2015	3 meses e 8 dias
2	0000356-90.2014.5.04.0511 ¹	11.12.2015	2 meses e 23 dias
3	0000330-63.2012.5.04.0511	18.12.2015	2 meses e 16 dias
4	0004600-43.2006.5.04.0511	21.01.2016	1 mês e 13 dias
5	0000161-13.2011.5.04.0511 ²	25.01.2016	1 mês e 9 dias
6	0000445-84.2012.5.04.0511	27.01.2016	1 mês e 7 dias
7	0000186-26.2011.5.04.0511	29.01.2016	1 mês e 5 dias
8	0000670-41.2011.5.04.0511	01.02.2016	1 mês e 3 dias
9	0001034-76.2012.5.04.0511	04.02.2016	1 mês
10	0000838-09.2012.5.04.0511	10.02.2016	24 dias



11	0000310-72.2012.5.04.0511		
12	0134900-93.2006.5.04.0511 ¹	12.02.2016	22 dias
13	0103200-07.2003.5.04.0511	15.02.2016	19 dias
14	0000370-11.2013.5.04.0511	16.02.2016	18 dias
15	0001128-92.2010.5.04.0511	20.02.2016	14 dias
16	0001449-93.2011.5.04.0511	22.02.2016	12 dias
17	0001355-48.2011.5.04.0511		
18	0000812-11.2012.5.04.0511		
19	0000862-08.2010.5.04.0511		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

¹ Consta despacho deferindo a dilação de prazo requerida sem, no entanto, informação no sistema sobre seu vencimento.

² Consta despacho deferindo a dilação de prazo requerida sem informação no sistema sobre seu vencimento. Há petição protocolada ainda não apreciada pelo Juízo requerendo nova dilação de prazo.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correções ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa conflitante com os princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0025300-31.1992.5.04.0511 ¹	07.12.2015	2 meses e 27 dias
2	0089200-41.1999.5.04.0511	08.12.2015	2 meses e 26 dias
3	0140400-72.2008.5.04.0511	29.01.2016	1 mês e 5 dias
4	0001455-32.2013.5.04.0511	29.01.2016	
5	0033500-65.2008.5.04.0511	29.01.2016	
6	0000655-38.2012.5.04.0511	29.01.2016	
7	0000660-60.2012.5.04.0511	29.01.2016	
8	0071200-75.2008.5.04.0511	30.01.2016	1 mês e 4 dias
9	0000122-16.2011.5.04.0511 ¹	30.01.2016	
10	0001551-81.2012.5.04.0511	30.01.2016	
11	0001027-16.2014.5.04.0511	30.01.2016	
12	0000685-39.2013.5.04.0511	30.01.2016	
13	0001040-20.2011.5.04.0511	30.01.2016	
14	0000211-68.2013.5.04.0511	30.01.2016	
15	0001857-16.2013.5.04.0511	30.01.2016	



16	0001118-43.2013.5.04.0511	30.01.2016	
17	0000833-55.2010.5.04.0511	30.01.2016	
18	0001720-34.2013.5.04.0511	30.01.2016	
19	0016800-82.2006.5.04.0511	30.01.2016	
20	0001352-93.2011.5.04.0511	30.01.2016	
21	0001166-07.2010.5.04.0511	30.01.2016	
22	0001168-74.2010.5.04.0511 ¹	12.02.2016	22 dias
23	0000555-49.2013.5.04.0511	17.02.2016	17 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

¹ Consta despacho deferindo a dilação de prazo requerida sem, no entanto, informação no sistema sobre seu vencimento.

² Há petição protocolada ainda não apreciada pelo Juízo requerendo dilação de prazo.

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa conflitante com os princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	511-00006/16	0000618-11.2012.5.04.0511	19.02.2016	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 03.03.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 03.03.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.138 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	00113200-56.2009.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor no termo de juntada da fl. 794/verso; ausência de identificação do servidor na devolução da carga da fl. 801; certidão acerca do decurso do prazo legal sem que as partes recorressem da sentença, fl. 853/verso, com identificação e rubrica da estagiária. Movimentação processual: demora no impulso	



processual, protocolo dos embargos à execução realizado no dia 20.07.2015 (fl. 836) e a conclusão para recebimento ocorreu em 14.10.2015 (842).

2

0024600-40.2001.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** demora no impulso processual, mandado de penhora expedido em 25.05.2015 e devolvido somente em 16.10.2015 (fls. 195/verso e 196/verso); certidão de cálculo elaborada em 14.12.2015 e a notificação da reclamada ocorreu em 04.02.2016. **Peculiaridade:** prática da unidade de realizar o protesto extrajudicial do título executivo judicial.

3

0001416-69.2012.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor na devolução nas cargas de fls. 212, 224. **Movimentação processual:** demora no impulso processual: petição protocolada da PGF em 11.04.2014 e a conclusão para o juiz somente ocorreu em 13.10.2014; petição protocolada em 26.01.2015 apreciada em 03.03.2015 (fl. 214); petição e documentos protocolados em 23.03.2015 apreciada em 29.04.2015 (fls. 216/223). Prazo extrapolado para publicação de nota: notificação elaborada em 10.06.2015 para disponibilização no DEJT em 02.07.2015, conforme se constata às fls. 253/254; certidão acerca do decurso do prazo legal para apresentação de cálculos com identificação e rubrica da estagiária.

4

0192700-45.2007.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: documentos em tamanho reduzido às fls. 528 e 531 sem identificação, rubrica e numeração. **Movimentação processual:** demora no impulso processual, petição protocolada em 16.04.2015 somente foi concluída em 04.06.2015 e despacho assinado em 09.06.2015; carimbo “sem efeito” lançado à fl. 521/verso sem a rubrica e identificação do Diretor de Secretaria; demora de aproximadamente 2 meses para expedir autorização judicial da fl. 522.

5

0210300-79.2007.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** demora no impulso processual, prazo da notificação findou em 30.01.2015 e a conclusão do despacho ocorreu em 23.02.2015 (fl. 778); petição de acordo protocolada em 01.06.2015 somente foi apreciada em 16.06.2015 (fls. 792/793); petição da fl. 805 apreciada dia 04.11.2015, despacho assinado em 09.11.2015 e notificação das partes para ciência do despacho em 01.02.2016 e a disponibilização no DEJT em 26.02.2016.

6

0000801-11.2014.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** petição da fl. 42 denunciando descumprimento de acordo apreciada em 27.02.2015; petição da fl. 51 protocolada em 06.07.2015 apreciada em 30.09.2015 e despacho assinado em 05.10.2015.

Peculiaridade: reunião de execução.

7

0001460-54.2013.5.04.0511 – Sumaríssimo

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor no termo de juntada da fl. 186/verso. **Movimentação processual:** decurso de 12 dias entre o dia da elaboração da notificação e a disponibilização no DEJT (fl. 190); demora no impulso processual: petições protocoladas em 04.11.2015 e 11.12.2015 foram apreciadas em 11.02.2016; decurso de 13 dias entre a data da elaboração da notificação e a disponibilização no DEJT (fl. 205).

8

0000500-98.2013.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos: certidão da fl. 187/verso com identificação e rubrica da estagiária. **Movimentação processual:** demora no impulso processual, embargos à execução



protocolados em 28.01.2015 teve a conclusão em 04.03.2015 (fls. 145/150); procurador da reclamada retirou os autos em carga em 08.06.2015 e devolveu em 10.09.2015 sem que houvesse a cobrança dos autos por parte da Secretaria.

9

0000925-91.2014.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: data do protocolo da fl. 184 está errado, consta 15/01/14 quando o correto é 15/01/15; ausência de identificação do servidor na devolução da carga da fl. 193; documento em tamanho reduzido juntado à fl. 205/verso não está identificado, numerado e rubricado. **Movimentação processual**: nada a apontar.

10

0021000-98.2007.5.04.0511 - Sumaríssimo

Aspectos gerais dos autos*: o primeiro volume extrapolou em 28 folhas para abertura do segundo. **Movimentação processual**: demora no impulso processual, petição protocolada em 29.01.2015 foi apreciada em 02.03.2015 (por servidor da SAT); petições protocoladas em 01.04.2015 e 02.04.2015 somente foram apreciadas em 28.05.2015 e a diligência determinada no despacho foi cumprida em 31.07.2015 (fl. 235/verso e 236 – diligência junto ao sistema GID-DETRAN); despacho da fl. 238, de 03.08.2015, somente foi cumprido em 02.10.2015.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 03.03.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0001082-98.2013.5.04.0511	0000441-76.2014.5.04.0511
0001043-67.2014.5.04.0511	0023800-36.2006.5.04.0511
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000777-85.2011.5.04.0511	0000688-96.2010.5.04.0511
0000783-92.2011.5.04.0511	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0001084-39.2011.5.04.0511	0000363-87.2011.5.04.0511
0000287-63.2011.5.04.0511	0000355-13.2011.5.04.0511
0000733-66.2011.5.04.0511	0000364-09.2010.5.04.0511
Execução reunida ou processo reunido a outro sem registro no inFOR – Processos Exemplos:	
0001288-83.2011.5.04.0511	0000996-30.2013.5.04.0511
0001246-63.2013.5.04.0511	0001049-11.2013.5.04.0511



Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0093600-49.2009.5.04.0511	0045800-93.2007.5.04.0511
0008700-36.2009.5.04.0511	0001279-87.2012.5.04.0511
0000190-58.2014.5.04.0511	0130400-81.2006.5.04.0511
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0000367-61.2010.5.04.0511	0000255-58.2011.5.04.0511
0076700-25.2008.5.04.0511	
Registrar suspensão do processo no InFOR – Processos Exemplos:	
0001243-11.2013.5.04.0511	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000826-29.2011.5.04.0511	0000471-14.2014.5.04.0511
0006400-09.2006.5.04.0511	0000509-31.2011.5.04.0511
0001884-96.2013.5.04.0511	0000948-71.2013.5.04.0511

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor Substituto a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que referida norma vigeu por quase todo o período correccionado, até 15.03.2016. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26,1, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Por ocasião da correição, o Diretor Substituto informou que após a homologação dos cálculos é elaborada a conta sendo descontado o valor do depósito recursal atualizado. A reclamada é citada para ciência da conta e para pagamento em 48 horas. Não havendo manifestação da reclamada o valor do depósito recursal é liberado ao credor, desde o crédito seja de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por informação do Diretor de Secretaria Substituto o Juiz **não determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica



da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Por ocasião da correição, **o Diretor de Secretaria informou que a realização do BacenJud ocorre antes da citação dos sócios.**

Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código do Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 05.09.2014.

Foram analisados agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia anterior à correição e, presencialmente, no próprio dia da inspeção. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	08	0021926-98.2015 - Petição já apreciada em 26/02	14/12/2015
Com habilitações não lidas	17	0020450-88.2016	21/03/2015
Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	13	0020327-90.2016 - Liminar já apreciada em 23/02	14/12/2015
Com petições não apreciadas	75	0021777-05.2015	07/03/2016
Mandados devolvidos OJ	-	-	-

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	-		
Apreciar dependência	-	03 (Graciela Maffei)	0020601-54.2016 0020610-16.2016	29/03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando cumprimento de providência	1- Conhecimento	120	0020307-36.2015 – Pasta Aguarda VT Deprecada	26/08
			0021078-14.2015 – Pasta 03.2016 (21 a 31)	26/11
Aguardando ciência	1- Conhecimento	01	0021058-23.2015	02/03
Aguardando término dos prazos	1- Conhecimento	86	0020600-40.2014	26/02
Prazos vencidos	1- Conhecimento	60	0020326-76.2014	18/02
Triagem inicial	1- Conhecimento	17	0020632-74.2016 – Triados para secretaria (4)	30/03
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	-		
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	-		
Prazos vencidos	2-Liquidação	-		
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	31	0020821-86.2015 – subpasta Aguarda OJ	18/03
			0020198-22.2015 – subpasta BACEN	04/03
Aguardando término dos prazos	3-Execução	17	0020534-60.2014 0021571-88.2015	29/10
Controle de Sobrestamento/Suspensão	3-Execução	01	0021724-24.2015	04/02
Prazos vencidos	3-Execução	17	0020100-71.2014	13/02

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição – 05/04/2016)



A Vara está bem organizada em relação às tarefas e caixas criadas no interior da tarefa, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos.

Verifica-se, de outra parte, que os agrupadores não estão bem atualizados. Cita-se o agrupador “Processos com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado” com registro de processos nos quais já houve a apreciação mas não foram excluídos, caso do processo de número 0020327-90.2016.5.04.0511. O mesmo ocorre com o agrupador “Processos com petições avulsas, como se constata do processo 0021926-98.2015.

Em relação às tarefas constantes da aba de Conhecimento apurou-se que na “Aguardando cumprimento de providência”, subpasta “Aguarda VT Deprecada” foi expedida Carta Precatória, já cumprida (processo 0020307-36.2015). Foi devolvida em 03.12.2015 e não foi excluída da referida tarefa; a mais adequada seria “Aguardando Audiência”.

Na aba Liquidação apurou-se as seguintes situações:

Na tarefa “Analisar Decisão - Liq”, subpasta “Laura Balbuena”, no processo 0020559-39.2015, há petição do reclamante concordando com os cálculos de 21.12.2015 e certidão dos valores atualizados apenas em 17.03.2016, mas ainda sem decisão de homologação.

Na tarefa “Análise das Perícias”, na aba de liquidação, subpasta “Laudo – 03.2016 – Prazo 16 a 31”, no processo 0021968-50.2015, as partes foram intimadas para apresentar cálculos, findando o prazo em 27.01.2016, e notificação do perito ocorreu somente em 04.03.2016. Procedimento similar ocorreu no processo 0020948-24.2015, quando o prazo terminou em 10.02.2016 e a perita foi comunicada em 04.03.2016.

Na tarefa “Análise de Liquidação” há processo sem apresentação de cálculos pelas partes e sem movimentação desde 04.02.2016 (0020200-26.2014 – subpasta Everson e Joel), bem como cálculos apresentados pelo perito em 07.03.2016 sem movimentação posterior (0021305-04.2015 – subpasta Everson). Vale lembrar que a tarefa em questão é prevista para servir apenas como passagem, sendo recomendável que os processos sejam movimentados para tarefas específicas, conforme a providência a ser adotada.

Na tarefa “Iniciar Liquidação” há processos com trânsito em julgado desde 15.03.2016 sem andamento (0021096-35.2015).

Na aba Execução aponta-se o seguinte:

Na tarefa “Prazos vencidos - Execução” há processo com prazo vencido desde 11.02.2016 (0020100-71.2014).

Na tarefa “Análise de Execução” há algumas pendências a serem resolvidas. Cita-se a petição do exequente juntada em 12.02.2016 (embora seu



prazo fosse até 22.02.2016), inexistindo qualquer impulso posterior (proc. 0020110-18.2014). Em situação semelhante encontra-se o processo 0020035-42.2015 (caixa "Final 5,6 – Everson"), com certidão de consulta Bacen em 02.03.2016. Vale lembrar que a tarefa "Análise de Execução" é concebida para servir de passagem, sendo recomendável que os processos sejam movimentados a tarefas específicas, conforme a providência a ser adotada.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por duas vezes durante o período correccionado, de **02 a 06.03.2015** e de **09 a 13.03.2015**.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade, que contempla dois gabinetes para juízes, está bem organizada e possui excelentes instalações.

Por ocasião da correição foi possível constatar que existe uma integração entre os servidores e um comprometimento de toda equipe com o trabalho. Em que pese a participação dos servidores na greve de 2015, o andamento do trabalho da Secretaria está muito próximo do ideal.

Os prazos médios de tramitação dos processos na fase de conhecimento e na fase de liquidação precisam ser reduzidos, uma vez que extrapolam a média do TRT e das Varas do Trabalho que tem a mesma movimentação processual.

Destaca-se como positiva a prática da unidade de realizar o protesto extrajudicial do título executivo judicial.

Por fim, impende destacar o empenho e a qualidade do trabalho da Juíza Titular Graciela Maffei, e o comprometimento da Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel, presentes na unidade por ocasião da correição, que refletem diretamente no andamento dos trabalhos na Secretaria. As Juízas estão empenhadas na realização de pautas extras com o intuito de diminuir o prazo médio das audiências.

12 EXPEDIENTES DA OUVIDORIA

Por ocasião da correição foram verificados cinco expedientes da ouvidoria referente à unidade com o respectivo andamento:

1. 0000847-97.2014.5.04.0511 – conclusos para decisão Embargos de Declaração desde 17.03.2016;
2. 0001079-51.2010.5.04.0511 – prazo para manifestação reclamada despacho/cálculos findou em 18.03.2016;
3. 0000491-44.2010.5.04.0511 – arquivado em 02/2016 – expedido alvará em 13.08.2015;
4. 0000625-71.2010.5.04.0511 – em carga com Magistrada em 29.03.2016 para decisão embargos à execução;



5. 0000728-73.2013.5.04.0511 – despacho datado em 04.04.2016 determina a expedição de alvarás.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados parciais de 2016 apontam nova descumprimento da meta

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3 – 2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.3.6, b).

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que:

- a) Mantenha os agrupadores atualizados, especialmente os “Processos com Pedido Liminar ou antecipação de Tutela não Apreciado” e “Processos com Petições Avulsas”;
- b) Quando cumpridas as providências nos processos contidos na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providências”, sejam movimentados às tarefas próprias, como no caso do processo 0020307-36.2015.5.04.0511;
- c) Sejam os processos constantes das tarefas “Análise de Liquidação” e “Análise de Execução” movimentados de imediato às tarefas específicas, conforme a providência a ser adotada;



14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0038100-66.2007.5.04.0511 e nº 0150700-30.2007.5.04.0511 (três reclamadas), com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0157400-22.2007.5.04.0511;
- b) os andamentos processuais parecem indicar que o despacho proferido em 22.10.2015 no processo nº 0001191-83.2011.5.04.0511 acolheu o objeto dos embargos de declaração; considerando que o incidente não pode ficar pendente de decisão no sistema, deverá a Unidade lançar, com data retroativa, conclusão para julgamento dos embargos de declaração e optar, para fins de correção estatística, ou pelo seu acolhimento ou pelo não conhecimento do incidente, conforme entendimento do juiz responsável pela demanda; o mesmo procedimento deverá ser adotado no processo nº 0000139-18.2012.5.04.0511 em relação aos embargos declaratórios apresentados pelo reclamante em 03.07.2015;

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 288 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

Sinala-se que a meta respectiva do ano de 2015 (meta 2/2015 – item 5.1.2) não foi cumprida pela Unidade em face do não julgamento de 20 processos ajuizados até 31.12.2013.



ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que **não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução** desde a realização da audiência inicial.

ITEM 6.8 (Processos Concluídos para Sentença há mais de 50 dias)

Determina-se à Unidade Judiciária que corrija o lançamento equivocado no processo 0000200-73.2012.5.04.0511.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

ITEM 7.10.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.138 processos parados**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/concluídos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que **estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de nº 0001082-98.2013.5.04.0511, 0000441-76.2014.5.04.0511, nº 0001043-67.2014.5.04.0511, nº 0023800-36.2006.5.04.0511, dentre outros;



- b) archive processos como os de nº 0000777-85.2011.5.04.0511, nº 0000688-96.2010.5.04.0511, nº 0000783-92.2011.5.04.0511, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0001084-39.2011.5.04.0511, nº 0000363-87.2011.5.04.0511, nº 0000287-63.2011.5.04.0511, nº 0000355-13.2011.5.04.0511, nº 0000733-66.2011.5.04.0511, nº 0000364-09.2010.5.04.0511, dentre outros;
- d) registre as reuniões no inFOR em processos como os de nº 0001288-83.2011.5.04.0511, nº 0000996-30.2013.5.04.0511, nº 0001246-63.2013.5.04.0511, nº 0001049-11.2013.5.04.0511, dentre outros;
- e) diligencie para apreciar as petições protocoladas que aguardam apreciação do Juízo em processos como os de nº 0093600-49.2009.5.04.0511, nº 0045800-93.2007.5.04.0511, nº 0008700-36.2009.5.04.0511, nº 0001279-87.2012.5.04.0511, nº 0000190-58.2014.5.04.0511, nº 0130400-81.2006.5.04.0511, dentre outros;
- f) remeta ao TRT os autos de processos como os de nº 0000367-61.2010.5.04.0511, nº 0000255-58.2011.5.04.0511, nº 0076700-25.2008.5.04.0511, dentre outros;
- g) registre no inFOR a suspensão/sobrestamento de processos como o de nº 0001243-11.2013.5.04.0511;
- h) atualize os registros de processos como os de nº 0000826-29.2011.5.04.0511, nº 0000471-14.2014.5.04.0511, nº 0006400-09.2006.5.04.0511, nº 0000509-31.2011.5.04.0511, nº 0001884-96.2013.5.04.0511, nº 0000948-71.2013.5.04.0511, dentre outros;

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

- a) Determina-se à Unidade Judiciária que impulse os processos 0020559-39.2015.5.04.0511, 0020200-26.2014.5.04.0511, 00021305-04.2015.5.04.0511, 0021096-35.2015.5.04.0511, 0020100-71.2014.5.04.0511, 0020110-18.2014.5.04.0511 e o 0020035-40.2015.5.04.0511.
- b) Determina-se que sejam impulsionados os processos constantes da tarefa “Análise de Execução” pendentes injustificadamente até 48h antes da correição.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas **Laura Balbuena Valente Gabriel e Milena Ody** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia das datas de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

A Juíza Substituta Milena Ody deve proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 30 dias.

A Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel deve apresentar, em 05 dias, plano de trabalho para redução de seu resíduo.



O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio para cada magistrado.

15 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) proceda à abertura de novo volume quando os autos atingirem aproximadamente duzentas folhas (art. 72 da CPCR e art. 40 da CPCG);
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- d) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- f) observe o procedimento quando utilizar a expressão “SEM EFEITO”, conforme a previsão do art. 149, parágrafo único, da CPCR, para evitar a situação verificada no processo n. 0192700-45.2007.5.04.0511;
- g) atente para as atribuições específicas dos estagiários prevista no PA 2821-58, fl. 212.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Determina-se à Unidade Judiciária que os processos não fiquem mais de 48h sem ser impulsionados, como no caso dos processos da “Análise das Perícias” referidos neste relatório.



16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, a Juíza Substituta lotada, o Diretor de Secretaria Substituto e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram representantes da Rádio Difusora – 89.9 – e do Jornal Semanário, e o advogado Cleber Dalla Colletta, presidente da OAB Subseção de Bento Gonçalves, que levantou algumas questões:

- Requer o posicionamento do TRT em relação à decisão de separar as ações trabalhistas com verbas contratuais e acidentárias;
- Problemas de registros de pedidos dos advogados em audiência;
- Problemas em relação aos peritos, em especial nas perícias médicas, pois os profissionais não estão permitindo ao advogado acompanhar o cliente na “entrevista”, segundo ele, em desatenção ao Estatuto da Advocacia, entendendo que se o cliente permitir, pode haver o acompanhamento. No momento, houve recomendação desta Corregedora de realizar um contato com os juízes das unidades judiciárias.
- Requer que o TRT tenha uma tabela de honorários, de modo que quando os honorários forem pagos pela parte, sejam fixados com base na tabela, evitando assim distorções que estão ocorrendo;
- Necessidade urgente de reduzir o prazo das audiências, pois as audiências iniciais estão sendo marcadas com prazo de 3 meses após o ajuizamento e as audiências de prosseguimento estão para 12 ou 13 meses após a audiência inicial;
- Por fim sugeriu a criação da 3ª Vara do Trabalho, realização de regime de exceção, com realização de audiência na 3ª sala e substituição dos magistrados quando em período de férias.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

17.1 O **Diretor de Secretaria** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

17.2 As Juízas **Laura Balbuena Valente Gabriel e Milena Ody** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Graciela Maffei, pela Juíza Substituta Lotada Laura Balbuena Valente Gabriel, pelo Diretor de Secretaria Substituto, Everson Luís Marangon e pelos servidores presentes na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional